



Pontifícia
Universidade
Católica do
Rio de Janeiro

PLANO DE GARANTIA DE ACESSIBILIDADE

PGA da PUC-Rio 2026-2030

Endereço	Rua Marquês de São Vicente, 225 Gávea - CEP: 222451-900 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Código	528
Fundação	30 de outubro de 1940, Decreto Federal nº 6409
Mantenedora	Faculdades Católicas
Perfil	Universidade Comunitária de Educação Superior (ICES), Portaria nº 679 de 12/11/2014
Rede credenciamento institucional	Credenciamento como Universidade Decreto-Lei nº 8681, de 15/01/1946 Rede credenciamento Portaria nº 1419, de 07/10/2011 (presencial), publicada no DOU Nº 195, segunda-feira, 10 de outubro de 2011, p. 9 (Prorrogado pela Portaria SERES-MEC Nº 877, de 28/11/2025, até as datas a serem definidas no calendário regulatório de 2027). Rede credenciamento Portaria nº 944, de 18/08/2016 (a distância), publicada DOU Nº 160, sexta-feira, 19 de agosto de 2016, seção 1, p. 18.
Modalidades de oferta	Presencial e a Distância

Março/2026

GRÃO-CHANCELER: Dom Orani João Tempesta, O. Cist.

REITOR: Prof. Pe. Anderson Antonio Pedroso, S.J.

VICE-REITOR: Pe. Miguel Martins de Oliveira Filho, S.J.

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS (ENSINO E PESQUISA): Profa. Marley Maria Bernardes Rebuzzi Vellasco

VICE-REITORA DE EXTENSÃO E ESTRATÉGIA PEDAGÓGICA: Profa. Jackeline Lima Farbiarz

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS COMUNITÁRIOS: Prof. Renato Callado Ferreira

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS: Prof. Leonardo Lima Gomes

VICE-REITOR DE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO: Prof. Marcelo Gattass

VICE-REITOR DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS: Prof. Luiz Fernando Campos Ramos Martha

Sumário

1	Introdução	4
2	Estrutura Organizacional da PUC-Rio	5
3	Avaliação do PGA 2021-2025	8
4	Ações previstas: 2026-2030	12
4.1	Acessibilidade Atitudinal	12
4.2	Acessibilidade Arquitetônica	14
4.3	Acessibilidade Metodológica	15
4.4	Acessibilidade Instrumental	16
4.5	Acessibilidade Comunicacional	16
4.6	Acessibilidade Digital	17
	Anexo – Legislação Principal	19
	Referências	20

1 Introdução

O Plano de Garantia de Acessibilidade da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PGA da PUC-Rio) foi elaborado em consonância com a legislação vigente (listada no Anexo), visando assegurar, de forma contínua e verificável, a acessibilidade nas atividades e ações da Universidade.

Nos termos da Lei nº 10.098/2000, com a redação revisada pela Lei nº 13.146/2015, entende-se acessibilidade como (BRASIL, 2015): “*possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida*”¹.

No contexto desta definição ampla, e em consonância com os valores humanos e éticos estabelecidos em sua Missão e Marco Referencial, (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, s.d.), a PUC-Rio tem o compromisso com a educação em direitos humanos e com a construção de uma sociedade baseada no respeito e na promoção de todos. A PUC-Rio oferece um campus acessível e inclusivo aos diferentes segmentos de sua comunidade e, em particular, assegura aos seus alunos com deficiência e necessidades educacionais específicas o acesso e as adaptações individuais necessárias ao bom termo dos seus cursos.

A presente versão do PGA da PUC-Rio consolida a descrição das principais unidades da universidade responsáveis por questões de acessibilidade e de suas ações, bem como avalia e atualiza os resultados alcançados no PGA da PUC-Rio 2021-2025 (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 2021), viabilizando a definição de ações para o período de 2026 a 2030.

O PGA da PUC-Rio segue os eixos de acessibilidade estabelecidos em (BRASIL, 2016):

- *Acessibilidade Atitudinal*: visa proporcionar interação adequada, sem se preocupar com as limitações e estereótipos.
- *Acessibilidade Arquitetônica*: visa proporcionar mobilidade e autonomia para o aluno com deficiência motora.
- *Acessibilidade Metodológica*: trata da eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas de ensino.
- *Acessibilidade Instrumental*: refere-se à superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo, de trabalho, e de lazer e recreação.
- *Acessibilidade Comunicacional*: visa eliminar barreiras comunicacionais.
- *Acessibilidade Digital*: visa eliminar barreiras no uso de plataformas digitais.

Este documento está estruturado da seguinte forma. A Seção 2 apresenta a estrutura organizacional da PUC-Rio e os principais responsáveis por questões de acessibilidade. A Seção 3 analisa sucintamente o PGA da PUC-Rio 2021-2025, apresentando os avanços obtidos. A seção seguinte aborda as ações previstas para o período de 2026-2030, em cada um dos eixos de acessibilidade listados acima.

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.

2 Estrutura Organizacional da PUC-Rio

A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) é uma instituição comunitária de Educação Superior, de acordo com Portaria nº 679, de 12/11/2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, filantrópica e sem fins lucrativos, que visa produzir e propagar o saber a partir das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Em 1941, após a publicação do Decreto Federal nº 6409 de 30/10/1940, que autorizava o funcionamento da instituição, D. Sebastião Leme e Pe. Leonel Franca fundaram as Faculdades Católicas. Em 1946, a PUC-Rio tornou-se uma universidade, pela publicação do Decreto-Lei nº 8681, de 15/01/1946. Um ano mais tarde, por Decreto da Congregação dos Seminários, de 20/01/1947, a universidade recebeu o título de “Pontifícia”.

Atualmente, a PUC-Rio está credenciada pelo Ministério da Educação para a oferta de cursos de graduação e de pós-graduação, nos formatos presencial e a distância, respectivamente pelas portarias nº 1419, de 07/10/2011 e nº 944, de 18/08/2016. De acordo com o Decreto 12.456, de 19/05/2025, e a Portaria MEC 381, de 20/05/2025, estes atos regulatórios têm vigência ampliada até o calendário regulatório de 2027, quando a universidade iniciará o recredenciamento único para os formatos presencial, semipresencial e a distância.

Em seus 84 anos de existência, consistente com sua missão e com sua vocação extensionista, a PUC-Rio se empenha, de modo especial, no cultivo dos valores humanos e da ética cristã para a formação, em nível de graduação e pós-graduação, de profissionais éticos e conscientes de que, além das competências técnicas e teóricas adquiridas, devem agir como cidadãos conscientes, a partir de uma visão ética em relação ao próximo, à sociedade e ao mundo.

A Figura 1 apresenta o organograma da PUC-Rio até ao nível das vice-reitorias, necessário para posicionar as unidades diretamente ligadas a questões de acessibilidade.

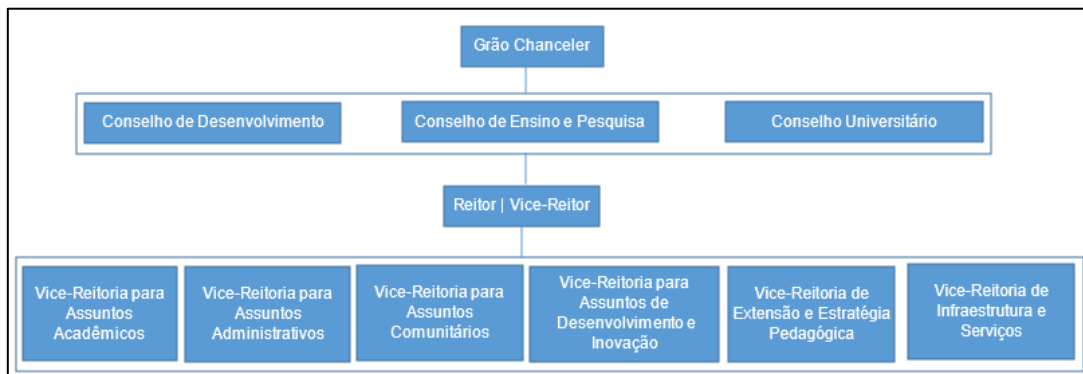


Figura 1: Parte da estrutura organizacional da PUC-Rio (disponível em <http://www.puc-rio.br/sobrepuc/admin/organograma.html>).

O órgão executivo supremo da universidade é a *Reitoria*, que superintende, coordena e fiscaliza todas as atividades universitárias, e é exercida por um Reitor escolhido pela Companhia de Jesus e nomeado pelo Grão-Chanceler. O Reitor, por sua vez, é auxiliado por um Vice-Reitor, a quem compete substituí-lo, bem como exercer funções por ele delegadas.

A *Vice-reitoria para Assuntos Acadêmicos* é o órgão da administração central responsável pela coordenação de todas as atividades acadêmicas nos níveis de graduação e pós-graduação *stricto sensu*. Subordinadas a esta vice-reitoria encontram-se: a *Coordenação Central de Graduação* (CCG), responsável por todos os assuntos referentes aos cursos de graduação, acompanhando

coordenadores e alunos ao longo de cada trajetória; a *Coordenação Central de Pós-Graduação e Pesquisa* (CCPG), que tem sob sua responsabilidade os programas de pós-graduação *stricto sensu*, bem como a supervisão acadêmica e aprovação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*; a *Coordenação Central de Cooperação Internacional* (CCCI), órgão responsável por todas as atividades relacionadas à internacionalização da universidade; a *Coordenação Central de Planejamento e Avaliação* (CCPA), responsável entre outras atividades pelo planejamento e execução dos processos de avaliação acadêmica e pela elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional; a *Coordenação Central de Admissão e Registro* (CCAR), responsável pelos processos administrativos referentes à seleção e ingresso de novos alunos e pelo registro acadêmico; e a *Divisão de Bibliotecas e Documentação* (DBD), responsável pelo sistema de bibliotecas.

A *Vice-reitoria para Assuntos Administrativos* é o órgão da administração central que orienta, coordena e fiscaliza todas as atividades administrativas. Também é responsável pela gestão do orçamento e dos recursos financeiros, objetivando o equilíbrio e a sustentabilidade da instituição. Para isso, é assessorada pela Coordenação de Orçamento e possui na sua subordinação direta a Coordenação Central de Educação Continuada (CCEC), a Diretoria Financeira e a Diretoria de Gestão e Pessoas.

A *Vice-reitoria para Assuntos Comunitários* é um canal privilegiado para o diálogo com o corpo discente, o corpo docente e o corpo técnico-administrativo, promovendo o espírito de solidariedade, fundamentado na fraternidade e na amizade. Destaca-se, entre outras atividades, a gestão dos processos de bolsa estudantil e de programas de apoio financeiro a permanência dos alunos bolsistas.

À *Vice-reitoria para Assuntos de Desenvolvimento* compete acompanhar o desenvolvimento físico e institucional da universidade e identificar oportunidades e riscos que possam beneficiar ou afetar negativamente esse desenvolvimento no futuro. Promove a obtenção dos recursos necessários a este desenvolvimento e orienta e coordena a articulação interinstitucional da universidade com entidades federais, estaduais, municipais, bem como com o setor produtivo.

A *Vice-reitoria de Extensão e Estratégia Pedagógica*, através das ações extensionistas, promove projetos de alto impacto social, buscando inspiração nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Entendendo a extensão universitária como um espaço de expressão crítica, desenvolvimento de autonomia, formação cidadã e construção de laços comunitários, a instituição apoia iniciativas de diversos de seus departamentos, por meio de Programas Extensionistas. Subordinadas a esta vice-reitoria encontram-se: a *Coordenação Central de Educação a Distância* (CCEAD), responsável pela implantação e pelo desenvolvimento da política de educação a distância da universidade; a *Coordenação Central de Inovação em Estratégia Pedagógica* (CCIEP), responsável pela definição e implantação de práticas e metodologias de ensino e extensão; e a *Gerência de Programas Extensionistas*.

A *Vice-reitoria de Infraestrutura e Serviços* tem como algumas de suas atribuições o gerenciamento dos sistemas computacionais em geral e os sistemas de Web Institucional em particular. Esta Vice-reitoria tem sob sua responsabilidade quatro unidades: o Núcleo de Acolhimento Institucional, a Diretoria de Sistemas de Informação, a Diretoria de Infraestrutura de TI, e a Diretoria de Engenharia do Campus.

O Planejamento Estratégico da Universidade (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 2024) define pilares que devem estruturar as ações das diferentes vice-reitorias e unidades acima apresentadas. No escopo dessas ações, a acessibilidade é transversal a cada um desses pilares. No pilar *Ensino, Pesquisa e Extensão* (p.21), por exemplo, é estabelecida como uma das ações gerais a ampliação das formas de acessibilidade no plano da infraestrutura e também nos planos comunicacional, digital, instrumental e metodológico, em consonância com a Identidade e Missão da Universidade. Já no pilar *Campus: Espaço Educativo* (p.37), o Plano de Garantia de Acessibilidade é estabelecido como referência para a mobilidade adequada e inclusiva no campus da PUC-Rio.

A Tabela 1 resume os principais responsáveis pela consecução das metas e ações relacionadas às questões de acessibilidade estabelecidas no Planejamento Estratégico e especificadas no Plano de Garantia de Acessibilidade, apresentados em mais detalhe no restante desta seção.

Tabela 1: Principais responsáveis por questões de acessibilidade

Eixo	Responsável
Acessibilidade Atitudinal	NAIPD – Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência, vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Ensino e Pesquisa) CCIEP – Coordenação Central em Estratégia Pedagógica, vinculada à Vice-Reitoria de Extensão e Estratégia Pedagógica
Acessibilidade Arquitetônica	Diretoria de Engenharia do Campus (apoiada pela Gerência da Prefeitura), vinculada à Vice-Reitoria de Infraestrutura e Serviços
Acessibilidade Metodológica	NAIPD – Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência, vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Ensino e Pesquisa) CCIEP – Coordenação Central em Estratégia Pedagógica, vinculada à Vice-Reitoria de Extensão e Estratégia Pedagógica
Acessibilidade Instrumental	Diretoria de Engenharia do Campus (apoiada pela Gerência da Prefeitura), vinculada à Vice-Reitoria de Infraestrutura e Serviços DBD – Divisão de Bibliotecas e Documentação, vinculada à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Ensino e Pesquisa)
Acessibilidade Comunicacional	CCG – Coordenação Central de Graduação, vinculada à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Ensino e Pesquisa) DBD – Divisão de Bibliotecas e Documentação, vinculada à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Ensino e Pesquisa) NAIPD – Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência, vinculado à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos (Ensino e Pesquisa)
Acessibilidade Digital	Gerência Web Institucional, vinculada a Vice-Reitoria de Infraestrutura e Serviços CCEAD – Coordenação Central de Educação a Distância, vinculada à Vice-Reitoria de Extensão e Estratégia Pedagógica Equipe do Sistema Maxwell, vinculada a Vice-Reitoria de Infraestrutura e Serviços

Vinculado à Coordenação Central de Graduação, o *Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência* (NAIPD), constituído em 2007, é responsável pelo acolhimento, orientação e acompanhamento dos alunos com necessidades educacionais específicas. O Núcleo oferece aos alunos o suporte necessário para as atividades acadêmicas, com recursos pedagógicos, intérpretes de Libras e práticas inclusivas, visando garantir condições de permanência dos alunos com deficiência ou necessidades educacionais específicas. Oferece apoio e orientação aos professores

a respeito dos alunos com necessidades educacionais específicas. Integra, junto com outros quatro núcleos da Universidade, a Rede de Apoio ao Estudante (RAE).

No âmbito da formação continuada para o ensino, a universidade conta com a Coordenação Central em Estratégia Pedagógica, vinculada à Vice-Reitoria de Extensão e Estratégia Pedagógica, para a promoção continuada de gestores, professores e funcionários, a partir do desenvolvimento de estratégias pedagógicas inovadoras que incentivem e reconheçam a autonomia do estudante na interação com a sociedade, com os contextos locais, com os saberes e fazeres populares, para a problematização da realidade e para a busca de soluções em conjunto com a sociedade. No âmbito específico da acessibilidade, essa formação discute teorias e práticas para inclusão e acolhimento de alunos com necessidades educacionais específicas, com a colaboração do NAIPD.

A *Diretoria de Engenharia do Campus*, vinculada à Vice-reitoria de Infraestrutura e Serviços, é responsável pelo gerenciamento da infraestrutura física, compreendendo os seguintes assuntos: obras e reformas, acessibilidade universal, convivialidade, sustentabilidade, patrimônio, integração física e visual e estacionamento. Esta diretoria é apoiada pela *Gerência da Prefeitura* nas suas ações.

A *Divisão de Bibliotecas e Documentação – DBD*, vinculada à Vice-reitoria para Assuntos Acadêmicos, mantém software e equipamentos para atender alunos com necessidades educacionais específicas.

A *Gerência Web Institucional*, subordinada à Diretoria de Infraestrutura de TI, é responsável pelo design e redesign de projetos web institucionais e pela gestão, atualização e manutenção do Web site corporativo da PUC-Rio, trabalhando em acordo com critérios de acessibilidade.

A Coordenação Central de Educação a Distância – CCEAD é responsável pela criação e aplicação de modelos de ensino e aprendizagem inovadores que combinem metodologias e tecnologias educacionais digitais. As disciplinas EAD da universidade são oferecidas em ambiente virtual de aprendizagem disponibilizado pela CCEAD, denominado Ambiente de Aprendizagem On-line, configurado e personalizado de acordo com as necessidades da PUC-Rio, de forma a garantir segurança e acessibilidade.

A equipe do Sistema Maxwell mantém um repositório digital e acessível com as teses e dissertações defendidas na PUC-Rio, entre outros tipos de objetos digitais.

3 Avaliação do PGA 2021-2025

O primeiro Plano de Garantia de Acessibilidade (PGA da PUC-Rio) cobriu o quinquênio de 2021 a 2025 e definiu ações orientadas aos eixos de acessibilidade estabelecidos em (BRASIL, 2016): acessibilidade atitudinal; acessibilidade arquitetônica; acessibilidade metodológica; acessibilidade instrumental; acessibilidade comunicacional; e a acessibilidade digital.

As ações relacionadas à acessibilidade arquitetônica foram definidas com base no Laudo Técnico emitido em 2021, que apresentou estratégias e cronograma para o cumprimento de metas. As ações orientadas a questões atitudinais, comunicacionais, metodológicas e instrumentais e de acessibilidade digital foram estabelecidas pelas áreas especializadas da universidade.

Para a preparação do segundo PGA, três frentes de ação foram adotadas:

- Avaliação das questões de acessibilidade pela comunidade PUC-Rio, no âmbito da Avaliação Interna 2025, por meio de perguntas incluídas nos questionários online de alunos, professores e funcionários.
- Avaliação detalhada do PGA 2021-2025 pelos especialistas da universidade, para análise das ações realizadas e projeção de metas para o novo quinquênio no âmbito dos eixos de acessibilidade atitudinal, metodológica, instrumental, comunicacional e digital.
- Emissão de novo relatório/laudo técnico para análise especialista dos progressos e demandas em termos da acessibilidade arquitetônica.

Com base nos dados coletados nestas três frentes, a avaliação do PGA 2021-2025 destaca, de modo sucinto, os seguintes pontos relacionados aos avanços alcançados na vigência do referido plano:

- *Resultados positivos da Avaliação Interna 2025:*
 - A acessibilidade do campus obteve avaliação quantitativa superior à obtida em 2023, com elevação das médias em todos os perfis avaliados (professores, alunos e funcionários). Esse avanço reflete as ações de aprimoramento e a execução das metas previstas no Plano de Acessibilidade, concluídas até 2025 conforme o cronograma. Nos comentários, há reconhecimento dos investimentos recentes e expectativa de novos avanços no curto prazo.
 - O atendimento do Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência (NAIPD) teve avaliação muito boa e homogênea entre alunos e professores, com comentários elogiosos e reconhecimento da excelência do atendimento aos alunos.
 - Sugestões de aprimoramento pontuais foram fornecidas por meio de comentários textuais e analisadas pelos especialistas para incorporação no novo PGA.
- *Principais pontos da avaliação dos especialistas*
 - Acessibilidade Atitudinal
 - As atividades continuadas realizadas pelo NAIPD de acolhimento, apoio e orientação junto aos alunos e professores favoreceram a eliminação de barreiras atitudinais e a implantação de um ambiente e práticas mais inclusivas na universidade. A informação e orientação para o corpo-técnico administrativo com vistas a reduzir a desinformação, a discriminação e o preconceito foi realizada a partir de encontros pessoais entre a equipe do NAIPD e os funcionários, bem como com a realização para a equipe da Biblioteca da oficina “Boas práticas para bem atender às pessoas com deficiência”. O encontro promoveu uma vivência e a reflexão a respeito das diferenças e da atuação dos profissionais no dia-a-dia de atendimento.
 - Além das ações sistemáticas, destaca-se o fortalecimento de uma cultura inclusiva, que privilegia a convivência na diferença, por meio da realização pelo NAIPD de rodas de conversas com alunos sobre a participação das pessoas com deficiência na sociedade; e com professores sobre diferentes temas, em especial sobre o Transtorno do Espectro Autista.
 - O NAIPD promoveu em 2024 o evento “INCLUSIVE: 2º Encontro PUC-Rio de sensibilização, acessibilidade e inclusão” que reuniu convidados - pessoas com deficiência, estudantes e profissionais especializados – com a comunidade acadêmica para apresentação de

experiências, discussão e reflexão sobre a presença e participação das pessoas com deficiência na sociedade. Em 2025, a Assessoria Jurídica, juntamente com a Diretoria de Gestão e Pessoas, realizou o Seminário “A Inclusão da pessoa com deficiência no ambiente universitário”. Nos dois eventos a Universidade ampliou o debate sobre acessibilidade e inclusão, reunindo a comunidade universitária e o público externo na troca de experiências e discussões a respeito da acessibilidade e inclusão.

- Acessibilidade Metodológica
 - Durante o ensino emergencial remoto, no ano de 2021, foram realizados encontros sistemáticos com os professores sobre temáticas variadas, incluindo sistema de avaliação e metodologias de ensino, de modo a oferecer informação para o planejamento das aulas incluindo a diversidade.
 - Em 2023, como atividade de formação continuada para professores, durante Semana Pedagógica dos Professores da PUC-Rio, promovida pela Coordenação Central de Inovação e Estratégia Pedagógica (CCIEP). Coube a Rede de Apoio ao Estudante (RAE) tratar do tema inclusão. Assim, três núcleos da RAE (NAIPD, NOAP e SOU-CTC), realizaram a atividade “Vivências em sala de aula: desafios e possibilidades”, que propôs aos professores identificar quem são os alunos que estão chegando na sala de aula, debater sobre casos específicos e repensar as práticas, metodologias e processos de avaliação com respeito às diferenças e singularidades dos sujeitos.
 - De modo continuado, o NAIPD apoiou os professores e alunos oferecendo os recursos necessários para as atividades acadêmicas, na revisão de práticas de avaliação e na construção junto com o docente de plano de atividade individual para o aluno que tem essa necessidade, considerando as características específicas e potenciais do aluno. Isso tem contribuído para a redução das barreiras nas metodologias, técnicas de estudo e processos de avaliação.
- Acessibilidade Instrumental
 - Foi realizado levantamento do mobiliário visando ao dimensionamento da demanda por assentos destinados a pessoas obesas, com posterior ampliação da quantidade disponível.
 - A Divisão de Bibliotecas e Documentação aprimorou o atendimento às pessoas com deficiência visual com a aquisição de teclados acessíveis, além da oferta continuada de software leitores de tela.
- Acessibilidade Comunicacional
 - O serviço de digitação e conversão de textos para o formato digital acessível ainda é oferecido pelo NAIPD. A procura tem sido menor, após a pandemia de covid-19, diante do aumento da oferta de textos em formato digital e dos aplicativos de acessibilidade disponibilizados pelo celular.
 - No retorno às atividades presenciais, no primeiro semestre de 2022, após o isolamento social imposto pela pandemia do covid-19, o NAIPD firmou parceria com o Laboratório de Modelos e Protótipos (LAMP), do Departamento de Artes e Design, para produção e distribuição de face

shields para os professores dos alunos com deficiência auditiva. Essa iniciativa garantiu que os professores pudessem se comunicar com os alunos que faziam leitura labial nas aulas presenciais.

- Acessibilidade digital
 - O processo de tornar as páginas do site institucional responsivas, que estavam com status “em andamento” no PGA 2021-2025, foi concluído. Para a implementação de novas páginas, há sempre a etapa de teste de responsividade. Para páginas desenvolvidas de forma descentralizada, como algumas páginas de departamentos e unidades, a Gerência Web Institucional eventualmente identifica páginas não responsivas e indica as providências necessárias.
 - O monitoramento e avaliação de acessibilidade do site institucional continuam sendo realizados de forma constante. São utilizados, tendo como uma das principais referências os documentos do W3 Consortium, em especial a *Web Content Accessibility Guidelines (WCAG)*. No período de 2021-2025 foram implementadas melhorias baseadas na WACG, com destaque para as listadas nos itens a seguir.
 - Novas atualizações em recursos de navegação e visualização foram realizadas dos códigos das páginas, a partir das avaliações do site realizadas na ferramenta *Wave*, do W3C. Os conteúdos do site também receberam ajustes pontuais, para melhor atender a requisitos de descrição de títulos e imagens, por exemplo.
 - No ano de 2023, a ferramenta ACC TOOLBAR foi implementada nas interfaces do site, e permite que os usuários configurem a visualização, como ajuste de contraste, tamanho de fonte, entre outras. Importante ressaltar que requisitos de navegação acessível, visualização de cores e contrastes estão incorporados nos códigos das páginas, sendo a ferramenta ACC toolbar um complemento de acessibilidade ao que já está implementado de forma nativa nos códigos.
 - No período de 2021 a 2025, os vídeos inseridos em páginas do site institucional foram ajustados a requisitos de transcrição, seja com legendas já pré-gravadas, inseridas pelas equipes que produzem esse material voltado para o site, ou através de habilitação de recursos de legendas fornecidas pelo tocador de vídeo (Player). No caso do site institucional, é utilizada a plataforma Vimeo para inserção e reprodução de páginas do site, justamente por esta oferecer, em relação a outras plataformas, mais recursos de configurações específicas para vídeos inseridos em contextos de páginas Web.
- *Principais avanços na Acessibilidade Arquitetônica identificados na emissão do relatório/laudo técnico e na análise especialista*
 - Foram concluídas as ações previstas para o quinquênio visando a eliminação das barreiras arquitetônicas nas edificações e espaços abertos do campus, uma das metas prioritárias do PGA 2021-2025.
 - Houve um avanço significativo da marcação de pisos táteis, em fase de conclusão, faltando a integração entre algumas rotas. Essa integração depende da reestruturação dos portões de entrada e saída do campus da universidade, que

sofrem mudanças em função do andamento das obras de construção da estação do metrô Gávea. O posicionamento dos acessos a essa nova estação redefinirá os acessos ao campus, intervindo nas rotas atuais e disponíveis.

- Ao longo da vigência do PGA 2021–2025, foram concluídas as reformas dos elevadores, assegurando que os equipamentos passassem a dispor de sistema de anúncio sonoro das paradas nos andares e painel de comando com sinalização em braile, em conformidade com os requisitos de acessibilidade.
- Foi realizado levantamento do mobiliário visando ao dimensionamento da demanda por assentos destinados a pessoas obesas, com posterior ampliação da quantidade disponível.
- Em decorrência da ampliação da ocupação de novos andares em prédios da universidade, dois elevadores foram reformados, com a finalidade de assegurar condições de acessibilidade no acesso às instalações ampliadas.
- A implantação de ações contínuas de verificação e manutenção das condições de acessibilidade do campus mostrou-se exitosa, funcionando tanto da manutenção preventiva e corretiva, quanto no diagnóstico de potenciais ações de aprimoramento.

4 Ações previstas: 2026-2030

4.1 Acessibilidade Atitudinal

Acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras (BRASIL, 2016).

Tendo como fundamentos o reconhecimento da diversidade humana, a aceitação das diferenças e o princípio de equidade, a PUC-Rio oferece assistência aos alunos com deficiência e necessidades educacionais específicas por meio do *Núcleo de Apoio e Inclusão da Pessoa com Deficiência* (NAIPD). O Núcleo tem como principal objetivo assegurar aos alunos com necessidades educacionais específicas acolhimento, apoio e o suporte necessário para as atividades acadêmicas, por meio do acesso à informação, recursos pedagógicos e práticas inclusivas, considerando o princípio da equidade.

As atividades do Núcleo estão baseadas no modelo previsto na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU), ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto 6.949/2009, “*reconhecendo que a deficiência é um conceito em evolução e que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas*”; e “*Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas*” (BRASIL, 2009).

A equipe do NAIPD estabelece um espaço dialógico, de interação, de troca de experiências e reflexivo com o quadro docente, discente e administrativo para a construção de uma cultura inclusiva na universidade.

As principais ações realizadas em caráter permanente pelo NAIPD são:

1. *Acolhimento, orientação e acompanhamento dos alunos.*

O NAIPD oferece atendimento individual aos alunos de graduação e pós-graduação que declararam algum tipo de necessidade educacional específica – pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades e superdotação –, conforme definição do MEC. O acolhimento busca aproximação com o aluno e, a partir do diálogo e interação, reconhecer sua singularidade, identificar as suas características e condições específicas e potencial. Sempre que preciso, orienta e provê os recursos e suportes necessários para as atividades acadêmicas, considerando o princípio da equidade e garantia de direitos. O acompanhamento é feito ao longo curso, considerando alguns aspectos, tais como: se é uma deficiência permanente ou temporária, se é uma condição degenerativa, e que tipo de apoio é necessário para as diferentes disciplinas. As informações dos alunos são atualizadas todo semestre.

2. *Apoio e orientação para os professores e coordenadores.*

- a. O NAIPD interage com os professores e os funcionários dos departamentos para oferecer aos alunos o suporte necessário para suas atividades acadêmicas. Os professores são informados sobre os suportes que devem ser disponibilizados para os alunos e recebem recomendações e orientações sobre as condições específicas do aluno e, de acordo com a situação, recebem também indicações para o dia a dia em sala de aula.
- b. O NAIPD orienta os professores sobre como lidar com as pessoas com deficiência, assim como prover recursos e suportes para cada aluno, individualmente, com respeito às condições pessoais de alunos e professores. Em particular, o NAIPD colabora com os professores na disponibilização, para os estudantes cegos ou com baixa visão, de material educacional em formato digital acessível.

3. Orientação para o corpo técnico-administrativo

O NAIPD realiza oficinas para equipes de diferentes setores da universidade a fim de sensibilizar e conscientizar para a diversidade humana, informar sobre como lidar com determinadas características das pessoas com deficiência, gerar espaço de escuta das equipes, partilha de experiência e construção coletiva de práticas inclusivas.

4. Rodas de conversa com professores

Realização de rodas de conversa com especialistas que tratam temas do preconceito, discriminação, diversidade, acessibilidade e inclusão. O formato roda de conversa proporciona troca de conhecimento e dá a oportunidade para os professores trazerem suas questões e abre espaço para partilha de experiências, contribuindo para mudanças de comportamento em prol da acessibilidade.

Tabela 2: Metas para a Acessibilidade Atitudinal

Meta – Promover Acessibilidade Atitudinal		
Ações	Responsável	Situação*
Acolhimento, orientação e acompanhamento dos alunos	NAIPD	Em andamento
Apoio e orientação aos professores e coordenadores	NAIPD	Em andamento
Apoio e orientação para o corpo técnico-administrativo	NAIPD	Em andamento
Rodas de conversa com professores	NAIPD/RAE	Em andamento
Oficinas pedagógicas	CCIEP / NAIPD	Em andamento

(*) Ações contínuas, sem prazo de conclusão determinado.

4.2 Acessibilidade Arquitetônica

Acessibilidade arquitetônica refere-se à eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos (BRASIL, 2016).

A Diretoria de Engenharia do Campus, subordinada à Vice-reitoria de Infraestrutura e Serviços, tem como uma de suas missões a ação contínua de planejamento, implementação e manutenção da infraestrutura da universidade para a promoção da acessibilidade.

Esta diretoria procura oferecer a alunos, professores e funcionários com deficiência acesso ao campus, suas áreas comuns e edificações, de forma segura e autônoma, com o mínimo de intervenção assistiva possível. Preocupa-se também com a adequação do mobiliário e de equipamentos e instalações, como elevadores. A Diretoria de Engenharia do Campus é apoiada pela *Gerência da Prefeitura*.

As principais atividades realizadas por esta diretoria são:

1. *Eliminação de barreiras arquitetônicas nas edificações.*

A Diretoria de Engenharia do Campus promove levantamentos e define ações para eliminar barreiras físicas nas edificações da universidade, notadamente:

- a. Construção de rampas onde necessário.
- b. Construção ou adequação de sanitários especiais para cadeirantes.
- c. Adequação de corrimãos.
- d. Adequação dos elevadores.
- e. Adequação dos auditórios.
- f. Adequação do mobiliário.

2. *Eliminação de barreiras arquitetônicas nos espaços abertos do campus.*

A Diretoria de Engenharia do Campus promove levantamentos e define ações para eliminar barreiras físicas nos espaços abertos do campus, como jardins e espaços de convivência, notadamente

- a. Construção de rampas onde necessário.
- b. Adequação do mobiliário dos espaços abertos.

3. *Construção de rotas acessíveis.*

A Diretoria de Engenharia do Campus define ações para estabelecer rotas acessíveis, notadamente:

- a. Levantamento das rotas de circulação de pessoas com deficiência.
- b. Sinalização das rotas acessíveis.
- c. Sinalização das escadas.

4. *Disponibilização de vagas para veículos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.*

A Diretoria de Engenharia do Campus, apoiada pela *Prefeitura do Campus*, define ações para disponibilizar vagas para veículos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida:

- a. Sinalização de vagas especiais, próximas aos locais de maior movimento.
- b. Identificação de veículos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Tabela 3: Metas para a Acessibilidade Arquitetônica

Meta – Promover Acessibilidade arquitetônica			
Ações	Responsável	Situação	Previsão Término
Disponibilização de vagas para veículos de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida	Diretoria de Engenharia do Campus	Em conclusão	2027
Ampliação da instalação de placas e adesivos com a simbologia SIA no campus (auditórios, sanitários, etc.)	Diretoria de Engenharia do Campus	Em andamento*	2027
Instalação de bebedouros que permitam a aproximação e utilização por cadeirante em cada pavimento de todos os prédios	Diretoria de Engenharia do Campus	Em andamento	2028
Conclusão da construção de rotas acessíveis	Diretoria de Engenharia do Campus	Em andamento**	2029
Eliminação de barreiras arquitetônicas nas edificações	Diretoria de Engenharia do Campus	Em andamento*	
Eliminação de barreiras arquitetônicas nos espaços abertos do campus	Diretoria de Engenharia do Campus	Em andamento*	

(*) Ações contínuas, sem prazo de conclusão determinado.

(**) As rotas de acesso ao campus estão dependentes do andamento das obras da Estação Gávea do Metrô Rio

4.3 Acessibilidade Metodológica

Acessibilidade metodológica trata da eliminação de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionada diretamente à concepção subjacente à atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção das barreiras pedagógicas (BRASIL, 2016).

A Coordenação Central em Estratégia Pedagógica (CCIEP) planeja e implementa ações para minorar barreiras nas metodologias e técnicas de ensino em geral e no âmbito da acessibilidade em particular, contando, neste contexto com a parceira do NAIPD. Dentre estas ações, destacam-se:

1. *Organização de encontros com professores.*
São realizados encontros sistemáticos com professores sobre temáticas variadas, incluindo “Um olhar sobre os alunos com necessidades educacionais especiais”.
2. *Revisão de práticas e metodologias de ensino.*
 - Revisão de práticas que não levem em consideração as diferenças e necessidades educacionais específicas.
 - Adequação dos métodos e técnicas por parte dos professores para atender especificidades dos alunos com deficiência.
3. *Auxílio com recursos e suportes para as atividades acadêmicas.*
 - Apoio continuado a professores e alunos oferecendo os recursos necessários para as atividades acadêmicas, na revisão de práticas de avaliação e na construção junto com o docente de plano de atividade individual para o aluno que tem essa necessidade, considerando as características específicas e potenciais do aluno.

4. Plano de atividades individuais

- Construção junto com o professor de plano de atividades individual para o aluno, considerando o conteúdo da disciplina, a metodologia e as condições específicas e potenciais do aluno.

Tabela 4: Metas para a Acessibilidade Metodológica

Meta – Promover Acessibilidade Metodológica		
Ações	Responsável	Situação*
Organização de encontros com professores e alunos	CCIEP / NAIPD	Em andamento
Revisão de práticas e metodologias de ensino	CCIEP / NAIPD	Em andamento
Revisão de práticas de avaliação	NAIPD	Em andamento
Auxílio com recursos e suportes para as atividades acadêmicas.	NAIPD	Em andamento
Aplicação de planos de atividades individuais	NAIPD	Em andamento

(*) Ações contínuas, sem prazo de conclusão determinado.

4.4 Acessibilidade Instrumental

Acessibilidade instrumental refere-se à superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva) (BRASIL, 2016).

A *Diretoria de Engenharia do Campus* atua continuamente para adaptar o mobiliário para atender alunos usuários de cadeira de rodas e com deficiência visual

Já a *Divisão de Bibliotecas e Documentação* (DBD) disponibiliza estações de trabalho com teclado acessível, software (NVDA e DOSVOX) que permite a navegação na Internet e a leitura de textos, jogos acessíveis, equipamento Sara CE de digitalização e leitura de texto para alunos com deficiência visual, e gravador.

Tabela 5: Metas para a Acessibilidade Instrumental

Meta – Promover Acessibilidade Instrumental		
Ações	Responsável	Situação*
Adaptação do mobiliário	Diretoria de Engenharia do Campus	Em andamento
Disponibilização de hardware e software especializados	DBD	Em andamento

(*) Ações contínuas, sem prazo de conclusão determinado.

4.5 Acessibilidade Comunicacional

Acessibilidade Comunicacional trata da eliminação de barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila etc., incluindo textos em braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital) (BRASIL, 2016).

Especificamente em relação à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), a Coordenação Central de Graduação oferece a todos os alunos de graduação, desde o primeiro semestre de 2007, duas disciplinas optativas de LIBRAS. Essas disciplinas têm por objetivo familiarizar o aluno com o mundo da surdez e oferecer instrumentos de comunicação e integração entre alunos falantes da

língua portuguesa e surdos que utilizam LIBRAS. O NAIPD oferece tradutores-intérpretes de LIBRAS para mediar, sempre que necessário, a relação do aluno em suas atividades.

O NAIPD preocupa-se com a conversão e formatação de textos em arquivo digital acessível para alunos com deficiência visual.

Tabela 6: Metas para a Acessibilidade Comunicacional

Meta – Promover Acessibilidade Comunicacional		
Ações	Responsável	Situação*
Oferta de disciplinas de LIBRAS	CCG	Em andamento
Oferta de profissional tradutor-intérprete de Libras/Língua Portuguesa	NAIPD	Em andamento
Oferta de textos em arquivo digital acessível para alunos com deficiência visual	NAIPD	Em andamento
Acompanhamento sistemático por monitor ou profissional, em sala de aula, de alguns alunos do Transtorno do Espectro Autista (TEA)	NAIPD	Em andamento

(*) Ações contínuas, sem prazo de conclusão determinado.

4.6 Acessibilidade Digital

No que se refere aos canais digitais na PUC-Rio, o Web site corporativo (acessível em www.puc-rio.br), representa hoje um importante veículo de comunicação e acesso aos serviços prestados a alunos, professores, pesquisadores e funcionários da universidade, bem como para o público externo.

O Web site corporativo vem sendo construído, ao longo das três últimas décadas, sob um conceito de design que prioriza a acessibilidade. Para tal, utiliza recursos implementados no código de suas interfaces. Tais recursos são regularmente monitorados, para que se adaptem às mudanças nos códigos de visualização dos navegadores Web.

No que se refere a um histórico do projeto de acessibilidade, ainda nos anos 90, o Web site corporativo da PUC-Rio já fazia uso de recursos para atender a tal requisito. No ano de 2002, a PUC-Rio participou de uma iniciativa da Rede Rio, que visava estabelecer a acessibilidade como um dos pilares dos Web sites das instituições que faziam parte da RNP. Foram realizados cursos, *workshops* e palestras, em que o Web site pode ser testado nos quesitos de acessibilidade, tendo se saído satisfatoriamente.

Com a disseminação dos dispositivos móveis para acesso à Internet, o Web site corporativo passou por atualização das interfaces para incorporar tecnologia responsiva.

No ano de 2024, a PUC-Rio realizou uma atualização da sua marca, onde foram produzidos novos padrões visuais a serem aplicados no site da universidade. O processo de implementação desses novos padrões visuais nas páginas web institucionais está em andamento, e o acompanhamento desse processo, do ponto de vista de acessibilidade digital, está sendo realizado em paralelo. A meta traçada para 2026-2030 é seguir com esse acompanhamento, verificando possíveis necessidade de ajustes.

O plano de acessibilidade referente ao Web site corporativo da PUC-Rio contempla constante acompanhamento da tecnologia relacionada à acessibilidade implementada em suas funcionalidades, visando manter o site inclusivo no maior espectro possível de seus usuários com necessidades específicas, e dentro das diretrizes do *Web Content Accessibility Guidelines – WCAG (W3C)*.

A Coordenação Central de Educação a Distância mantém o Ambiente de Aprendizagem On-line, implementado com base na plataforma Moodle, configurado e personalizado de acordo com as necessidades da PUC-Rio, de forma a garantir segurança, acessibilidade e uso padronizado.

A *Vice-reitoria de Infraestrutura e Serviços* mantém o Sistema Maxwell (acessível em www.maxwell.vrac.puc-rio.br), que é o repositório digital de teses e dissertações, entre outros tipos de objetos digitais. A acessibilidade permeia todas as funções que o sistema oferece nos ambientes de Repositório Institucional, de Aprendizagem On-line e de Gestor de Conteúdos e Atividades Personalizados. Como repositório, o sistema disponibiliza teses e dissertações, monografias de especialização, trabalhos de conclusão de graduação, artigos, materiais educacionais, etc. Como Ambiente de Aprendizagem On-line, as funções são Cursar, Atividades, Planejamento, Avisos, Testes/Exercícios On-line, etc. O Sistema Maxwell está registrado no INPI, tendo recebido o número 99003015 em 19 de novembro de 1999. A Versão 4 do sistema, disponibilizada em 2009, é acessível a deficientes visuais. A Versão 5, atualmente em uso, manteve as características de acessibilidade.

Tabela 7: Metas para a Acessibilidade Digital

Meta – Promover Acessibilidade Digital		
Ações	Responsável	Situação
Adequação do Web site corporativo aos novos padrões visuais, com acompanhamento da acessibilidade digital em paralelo	Equipe do Web site corporativo	Em andamento*
Adequação dos Web sites departamentais	Equipe do Web site corporativo / Departamentos	Em andamento*
Adequação do Ambiente de Aprendizagem On-Line	CCEAD	Parcialmente implementado*
Adequação do Ambiente de Aprendizagem On-Line para cegos	CCEAD	Em andamento*
Adequação do Sistema Maxwell	Equipe do Sistema Maxwell	Implementado*

(*) Contempla constante acompanhamento da tecnologia relacionada à acessibilidade implementada nas funcionalidades do site, através de revisões periódicas.

Anexo – Legislação Principal

Para o desenvolvimento do PGA, a PUC-Rio seguiu as seguintes normas principais:

- **Lei n.º. 10.098/94** - Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências;
- **Decreto n.º. 3.956/01** – (Convenção da Guatemala) Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência;
- **Lei n.º. 10.436/02** - Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências;
- **Portaria n.º. 3.284/03** - Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições;
- **Decreto n.º. 5.296/04** - Regulamenta as Leis n.º 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida;
- **ABNT NBR 9.050/2004** - Dispõe sobre a acessibilidade arquitetônica a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos;
- **Lei n.º 10.861**, de 14 de abril de 2004 - Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências;
- **Decreto n.º. 5.626/05** - Regulamenta a Lei no 10.436 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
- **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva** publicada em 2008, que tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação;
- **Decreto n.º. 6.949/09** - Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007;
- **Decreto n.º 7.611/2011** - Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências;
- **Lei n.º. 13.146 de 06 de julho de 2015** – Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência – a educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida. Objetiva assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.
- **Nota Técnica DAES/INEP n.º. 008/2015** - Acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do sistema de avaliação nacional de avaliação da educação superior – SINAES;
- **Nota Técnica CGACGIES/DAES n.º. 16/2017** - Novos instrumentos de avaliação externa: instrumento de avaliação institucional externa: presencial e a distância (IAIE); instrumento de avaliação de cursos de graduação - (IACG).
- **Decreto n.º 9.235/2017** – Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Documento Orientador das Comissões de Avaliação In Loco para Instituições de Educação Superior com Enfoque em Acessibilidade. MEC / INEP. Brasília, 2016. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_institucional/documentos_orientadores/2016/documento_orientador_em_acessibilidade_avaliacao_institucional.pdf>
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei Brasileira de Inclusão. Lei Nº. 13.146. Brasília/DF, 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir). Brasília/DF, 2015. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-incluir>>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Decreto de Lei nº. 7.611. Brasília/DF, 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm>.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB 4/2009. Diário Oficial da União. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13684%3Aresolucoes-ceb>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, Decreto de Lei Nº6.949. Brasília/DF, 2009. Disponível em: <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/818741/decreto-6949-09>>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Decreto de Lei Nº 6.571. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm>.
- BRASIL, Ministério da Educação. Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília/DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Decreto de Lei Nº 5.626. Brasília/DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Decreto de Lei Nº 5.296. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº. 10.861. Brasília/DF, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>.
- BRASIL, Ministério da Educação. Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade. Brasília/DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/par/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programa-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo>>.
- BRASIL, Ministério da Educação. Portaria no. 3.284. Brasília/DF, 2003. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/port3284.pdf>>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Lei nº. 10.436. Brasília/DF, 2002. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm>.
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9.394. Brasília/DF, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Constituição Federal. Brasília/DF, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.
- BRASIL, Congresso Nacional. Decreto no. 3.956. Brasília/DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm>.
- BRASIL, Ministério da Educação. Lei nº 10.098. Brasília/DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l10098.htm>

- BRASIL. Nota Técnica Daes/Inep nº 008/2015. Acessibilidade no instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância do sistema de avaliação nacional de avaliação da educação superior - SINAES. Brasília: Daes/Inep, 2015.
- BRASIL. Nota Técnica CGACGIES/DAES nº 16/2017. Novos instrumentos de avaliação externa: instrumento de avaliação institucional externa: presencial e a distância (IAIE); instrumento de avaliação de cursos de graduação - (IACG). Brasília: Daes/Inep, 2017.
- BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 fev. 2026.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Convenção Internacional sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. Nova York, 2006. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/a-convencao-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia-comentada-812070948.pdf>.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Missão e Marco Referencial, s.d. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/sobrepuc/historia/>. Acesso em: 10 fev. 2026.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Planejamento Estratégico 2024-2030, 2024. Disponível em: <https://www.puc-rio.br/planejamentoestrategico/#pilares/>. Acesso em: 26 fev. 2026.
- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. Plano de Garantia de Acessibilidade 2021–2025, 2021. Disponível em: https://www.puc-rio.br/sobrepuc/cpa/download/plano_garantia_acessibilidade_pga_2021-2025_2021-09-10.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.
- W3C. Web Content Accessibility Guidelines (WCAG) Overview. Disponível em <https://www.w3.org/WAI/standards-guidelines/wcag/>.